



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PUC-SP

Isabella Ramires

A Batalha de Aleppo e o colapso da Síria: dimensões geopolíticas, sectárias e humanas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais,
sob a orientação do Prof. Dr. Paulo José
dos Reis Pereira.

São Paulo

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à toda a minha família, meu porto seguro e fonte inesgotável de amor.

À minha madrinha, Paula, por ter me feito sua; por me dar todos os recursos necessários para chegar até aqui; por enfrentar os meus medos ao meu lado; por sonhar os meus sonhos junto a mim e torná-los realidade. Obrigada Papa, por tantas vezes desafiar o impossível por nós. Você é minha maior inspiração e, por destino, minha melhor amiga também.

À Sandra, minha "avó torta" e primeira professora, que me ensinou o verdadeiro significado de cuidado e entrega. Obrigada por todas as vezes que me levou e me buscou na escola; por todas as tardes que passou me ajudando a estudar; por todos os sacrifícios que silenciosamente fez por mim e pela nossa família, para que pudéssemos ter tudo o que você não pôde; por acreditar em mim quando eu mesma não acredito. Cada conquista minha é, e sempre será, sua.

Ao meu padrinho, Paulo, por ter transferido à mim seu espírito aventureiro e corajoso. Ju, crescer te vendo desbravar o mundo me fez querer conhecê-lo também. Todos os meus sonhos nasceram ao te ver realizando os seus, obrigada por abrir as portas para mim.

À minha história de amor preferida e maior saudade, minha avó Josefa Aparecida, que fez de mim quem sou; a vida que tornou a minha possível; o amor que nutre a minha alma; a força que me deu o privilégio de poder ser fraca; o colo que me embalou durante 15 anos e a armadura que me protege e me defende desde então. Seu nome será sempre lembrado e honrado enquanto eu existir.

Aos quatro, eu agradeço por me ensinarem o valor da vida, do tempo e da dignidade, princípios defendidos neste trabalho.

Às minhas amigas, que fazem do meu dia a dia muito mais leve e feliz. Das amizades de longa data às mais recentes, eu agradeço por dividirem comigo o peso e as alegrias da vida; por estarem sempre atentas e dispostas a me ouvir e acolher; por nunca me deixarem duvidar da minha capacidade; por serem grandes parceiras e incentivadoras. Obrigada por iluminarem e agraciarem o meu caminho.

Por fim, agradeço imensamente a todos os Professores e Professoras que fizeram parte da minha jornada estudantil e compartilharam comigo seu conhecimento científico e humano. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira, que me acompanhou durante todo o processo de escrita desse trabalho; e aos Professores Bruno Huberman, Rodrigo Amaral e Isabela Agostinelli, por despertarem meu interesse em temas relacionados ao Oriente Médio e me apoiarem com bibliografias, reflexões e trocas de repertório. Agradeço pela confiança e por todos os ensinamentos que me foram concedidos enquanto graduanda em Relações Internacionais. Foi uma honra ser sua aluna e orientanda.

RESUMO

A Guerra Civil Síria revelou nuances e contradições entre a geopolítica internacional e a vida das pessoas. Este trabalho tem como estudo de caso a Batalha de Aleppo (2012-2016), episódio que sintetiza o colapso humano e urbano do conflito. O cerco da província de Aleppo durante o conflito permite compreender como a sobreposição entre geopolítica e autoritarismo transformou uma revolução civil em uma guerra complexa e prolongada, com diferentes atores, recursos e motivações. A partir das leituras de George Joffé, Marc Lynch e Patrick Higgins, analisa-se a Síria como uma arena de disputas regionais e internacionais; um jogo de tabuleiro, em que a vida civil se tornou refém de estratégias estatais. Complementarmente, autores como Salwa Ismail, Robin Yassin-Kassab, Leila al-Shami e Rana Khalaf redirecionam o olhar aos sírios comuns, cidadãos, que, em 2011, romperam o silêncio e reivindicaram liberdade, dignidade e justiça. Aleppo, reduzida a ruínas, tornou-se símbolo dessa travessia: um lugar onde a morte foi instrumentalizada como método e, ainda assim, a humanidade persistiu em gestos cotidianos de solidariedade sob o cerco. O estudo pretende analisar a Guerra da Síria para além de leituras restritas às normas e estruturas de poder internacionais, atentando sua escuta às vozes que, entre escombros e violência, reafirmaram a própria história.

Palavras-chave: Síria; Guerra Civil; Revolução; Geopolítica; Sectarismo; Aleppo; Dignidade Humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. LEITURAS GEOPOLÍTICAS DA GUERRA DA SÍRIA.....	10
1.1 A Síria como arena de disputa do poder regional.....	10
1.2 A desintegração da ordem árabe as novas guerras	12
1.3 A participação norte-americana.....	14
1.4 Lacunas deixadas pelo realismo	15
2. ATORES NÃO ESTATAIS E A TRANSFORMAÇÃO DA REVOLUÇÃO SÍRIA ...	17
2.1 O caráter semi-sectário e a manipulação das identidades políticas do conflito.....	17
2.2 A revolução civil e a redescoberta da cidadania.....	20
2.3 Atores transnacionais, jihadismo e a desconstrução do projeto popular	22
2.4 A revolução interrompida: da esperança civil à guerra permanente	23
3. ALEPO EM COLAPSO: O CUSTO HUMANO DA GEOPOLÍTICA E DO SECTARISMO INSTRUMENTALIZADO.....	25
3.1 Aleppo como espelho da guerra: da geopolítica à fragmentação civil	25
3.2 A Batalha de Aleppo: destruição como método	26
3.3 Materialização da tragédia: entre ruínas e corpos	28
3.4 O corpo e a dignidade como campo de guerra	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

A República Árabe da Síria apresenta um histórico complexo de disputas políticas, étnicas e religiosas desde sua formação, herança direta dos 26 anos sob o domínio colonial francês (Yassin-Kassab & al-Shami, 2018, p. 6). Entre os anos de 1920 e 1946, a administração francesa adotou uma política de fragmentação territorial e social, incentivando identidades comunitárias distintas e reforçando as divisões entre alauítas, drusos, cristãos e a maioria sunita. Essa foi uma estratégia de controle que, como observa Christopher Phillips, lançou as bases das fissuras sectárias exploradas anos mais tarde (Phillips, 2015, p. 363).

Nas décadas seguintes, a Síria experimentou instabilidade política e sucessivos golpes de Estado até a ascensão do Partido Baath, em 1963, que implantou um projeto pan-arabista¹ e centralizador. A partir de 1970, com a chegada de Hafez al-Assad ao poder, consolidou-se um regime autoritário e desenvolvimentista, que promoveu reformas agrárias, ampliação da educação pública, expansão da infraestrutura rural e políticas de redistribuição de renda voltadas especialmente aos camponeses e à classe média baixa. Essas medidas garantiram, por um tempo, uma base social diversa e relativa estabilidade, ainda que à custa de forte controle político, repressão das oposições e concentração de poder na elite militar e burocrática ligada ao partido (Yassin-Kassab & al-Shami, 2018, p. 9).

Como observam Yassin-Kassab e Al-Shami no prefácio do livro *Burning Country* (2018), o regime de Hafez al-Assad sustentava-se por uma estrutura em que a estabilidade e a dignidade nacional eram trocadas pela obediência política, criando o que os autores chamam de *reinado de silêncio*. Essa política moldou uma cultura de medo e obediência, que se estendeu no governo de seu filho Bashar, o qual ascendeu ao poder nos anos 2000, após a morte do pai.

Sob a promessa de abertura econômica e flexibilização política, Bashar orquestrou uma reconfiguração autoritária, marcada pela concentração de poder e pela criação de uma nova elite empresarial próxima ao regime. As reformas econômicas favoreceram setores urbanos e privatizados, ampliando a desigualdade social e o descontentamento rural. Ao mesmo tempo, o

¹ O termo *pan-arabista* refere-se à ideologia defendida pelo Partido Baath, que propunha a unificação dos povos árabes em um único Estado, estendendo-se do Marrocos ao Iraque e do Sudão à Síria. O partido possuía base na pequena classe média e, em suas origens, era formado por professores e estudantes. Seu pan-arabismo situava-se entre o nacionalismo da Grande Síria, defendido pelo Partido Social Nacionalista Sírio (PSNS), e o internacionalismo do Partido Comunista Sírio, distinguindo-se por seu caráter laico e nacionalista (Yassin-Kassab; Al-Shami, 2018, p. 9).

Estado manteve o aparato repressivo, sustentado pela vigilância, pelo controle partidário e pela centralização das decisões políticas. Sob essa fachada de ordem e segurança, o Estado moldava um pacto social baseado na submissão e na ausência de voz pública, uma calmaria que, nos anos seguintes, revelaria ser apenas o prelúdio da revolta.

A Guerra Civil iniciou-se em 2011, quando ativistas e civis sírios, inspirados pela Primavera Árabe, se rebelaram contra a ditadura de Bashar al-Assad. Mesmo após concessões do presidente, como o fim de 48 anos do estado de emergência e a promulgação de uma nova Constituição, a oposição manteve-se em resistência, exigindo sua queda. A luta prolongou-se até dezembro de 2024, quando o grupo Hayat Tahrir al-Sham (HTS) declarou “livre” a capital Damasco, após avançar sobre a cidade com pouca resistência das forças do regime, encerrando a era Assad no comando da Síria. O recorte temporal deste trabalho, entretanto, concentra-se no período de 2012 a 2016, quando Aleppo foi sitiada pelo exército sírio, sob liderança de Assad.

Aleppo constitui um recorte fundamental porque sintetiza a dualidade da guerra síria. Foi, ao mesmo tempo, espaço de mobilização popular e o foco da violência estatal e internacional. Entre 2012 e 2016, a província foi dividida em zonas de controle: a oeste sob domínio do regime e a leste sob controle da oposição, tornando-se palco de manifestações civis, articulação de grupos rebeldes e ofensivas militares intensas (Yassin-Kassab & al-Shami, 2018, p. 54). Durante a ofensiva final, entre novembro e dezembro de 2016, pelo menos 614 civis foram mortos em bombardeios indiscriminados atribuídos tanto ao regime quanto a grupos opositores, segundo dados do Observatório Sírio para Direitos Humanos (SOHR). O conflito reconfigurou as fronteiras internas de Aleppo, consolidando novas divisões territoriais e sociais. O espaço urbano que antes simbolizava resistência civil converteu-se em alvo estratégico de destruição, materializando a relação entre política e violência que caracteriza a guerra síria.

A complexidade dos acontecimentos e a multiplicidade de atores envolvidos tornam difícil delimitar todos os agentes do conflito. O fato é que o movimento iniciado em 2011, a partir de reivindicações populares, reacendeu antigas tensões entre os ditos Oriente e Ocidente². As dimensões transnacionais assumidas pela guerra acabaram por invisibilizar as demandas originais por liberdade e justiça, substituindo-as por uma disputa de poder em escala global.

² Segundo Edward Said (1978), os termos “Oriente” e “Ocidente” não designam realidades geográficas fixas, mas construções históricas baseadas em estereótipos e relações de poder, por meio das quais o Ocidente definiu e dominou o “outro” oriental.

Como observam Peter Harling e Sarah Birke, do *International Crisis Group* (Lynch, 2016, p. 128), ao empurrar manifestantes frustrados para a luta armada e induzir a comunidade internacional a apoiá-los, o regime conseguiu desfigurar aquilo que representava sua maior ameaça: um movimento popular, de base ampla e majoritariamente pacífico, que exigia transformações profundas.

No campo das Relações Internacionais, o repertório acadêmico sobre a Síria se divide, de modo geral, em duas grandes lentes de análise. A primeira delas enfatiza a dimensão geopolítica, interpretando a guerra como um palco de rivalidades regionais e globais. Autores como George Joffé (2012), Marc Lynch (2016) e Patrick Donovan Higgins (2023) analisam o conflito a partir de perspectivas relacionadas à “intervenção externa”, “guerra por procuração” e “ordens regionais em disputa”, destacando o papel dos Estados Unidos, da Rússia, do Irã, da Turquia e das monarquias do Golfo. Essa abordagem, embora essencial para compreender a dinâmica internacional, tende a reduzir a centralidade dos civis, minimizando-os em variáveis das estratégias de poder.

A segunda, porém, recoloca os civis e seus repertórios de resistência no centro da narrativa, rompendo com abordagens exclusivamente estadocêntricas. Robin Yassin-Kassab e Leila al-Shami (2018), em *Burning Country: Syrians in Revolution and War*, documentam experiências cotidianas de resistência, como conselhos locais, redes de solidariedade e produção cultural, de forma a demonstrar que os sírios não foram apenas vítimas passivas, mas protagonistas na tentativa de romper com estruturas autoritárias.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é colocar essas duas lentes em diálogo, com o argumento central de que não se trata de perspectivas excludentes, mas interdependentes. Busca-se examinar, de um lado, as práticas e resistências civis invisibilizadas e, de outro, as estruturas geopolíticas que condicionam e amplificam o sofrimento humano. A geopolítica estatal, expressa em intervenções, alianças e lógicas de poder global, encontra sua concretização em níveis locais, na destruição urbana e na tragédia humanitária. Ao adotar o estudo de caso da cidade de Aleppo como método de pesquisa, pretende-se evidenciar como decisões tomadas em capitais distantes se traduzem em fome, deslocamento, destruição e morte, tornando indissociáveis as dimensões política e humana da guerra.

Para tanto, esta monografia está organizada em três eixos principais. O primeiro apresenta a perspectiva realista da guerra, com ênfase nos papéis desempenhados pelas

potências envolvidas no conflito, e suas respectivas motivações. O segundo examina o caráter sectário e, simultaneamente, popular, da Guerra da Síria, explorando as fragmentações e o protagonismo de atores não estatais que a caracterizam. O terceiro capítulo pretende analisar Aleppo como materialização do poder em sofrimento civil, evidenciando o custo humano do conflito e direcionando o olhar àqueles que tiveram sua vida interrompida em nome de ambições estatais camufladas por um discurso de estabilidade e segurança internacional. Por fim, o trabalho encerra com considerações finais, reafirmando seu argumento central e relacionando-o aos desdobramentos mais recentes do conflito sírio, evidenciando como o destino político da Síria continua a refletir a intersecção entre geopolítica, autoritarismo e participação popular.

1. LEITURAS GEOPOLÍTICAS DA GUERRA DA SÍRIA

George Joffé (2012), Marc Lynch (2016) e Patrick Higgins (2023) são alguns dos autores que compõem o eixo teórico que lê a guerra síria como reflexo da competição entre Estados e manutenção de hegemonias. Embora partam de premissas semelhantes, isto é, a centralidade do poder e da segurança, suas leituras divergem na ênfase. Joffé descreve a Síria como campo de disputa regional, Lynch a insere no colapso da ordem árabe pós-Primavera e Higgins a denuncia como expressão do imperialismo norte-americano contemporâneo. Em comum, todos partem de uma leitura “de fora para dentro”, em que as decisões das potências moldam o destino sírio.

1.1 A Síria como arena de disputa do poder regional

George Joffé (2012) oferece uma leitura realista clássica da guerra, compreendendo-a como produto das rivalidades regionais e globais que reconfiguraram o Oriente Médio no pós-Primavera Árabe. Em *Syria: The Proxy War*, o autor argumenta que a guerra na Síria foi lentamente transformada de uma demanda populista não violenta por mudança para o que hoje é uma guerra civil com implicações globais, à medida que potências regionais e globais são atraídas para o conflito (Joffé, 2012, p. 1). Para o autor, a Síria tornou-se um território de projeção de poder, em que o Irã buscava preservar o eixo Damasco–Beirute–Teerã, garantindo a sobrevivência de um aliado estratégico e o abastecimento do Hezbollah no Líbano, enquanto Arábia Saudita e Catar viam a queda de Bashar al-Assad como meio de reafirmar a dominância sunita na região. Essa competição configurou o país como arena substituta das disputas regionais, nas quais a sobrevivência de Assad representava tanto a continuidade da influência iraniana quanto uma ameaça direta aos projetos sauditas e turcos de hegemonia.

Assim, o Irã e o Hezbollah apoiaram militar e financeiramente o regime de Bashar al-Assad desde os primeiros meses do conflito, garantindo-lhe suprimentos, tropas e logística estratégica, como forma de preservar o Eixo de Resistência contra Israel e manter o acesso iraniano ao Mediterrâneo. Do outro lado, Arábia Saudita e Catar canalizaram recursos e armamentos para grupos rebeldes sunitas, como facções do Exército Livre Sírio (FSA), buscando conter a influência de Teerã e projetar a influência do golfo sobre o mundo árabe. A Turquia, inicialmente hesitante, alinhou-se à oposição armada em 2012, abrindo suas fronteiras para o trânsito de combatentes e armamentos, enquanto buscava impedir o fortalecimento das

milícias curdas associadas ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) (Joffé, 2012, p. 2).

Para Joffé (2012), contudo, os vetores decisivos da guerra síria residiam menos nas fronteiras regionais e mais no repositionamento das grandes potências diante da crise. Sob a ótica do autor, os Estados Unidos viram na insurgência síria uma oportunidade estratégica para conter a influência iraniana e reafirmar sua hegemonia no Oriente Médio, especialmente após o desgaste das guerras do Iraque e do Afeganistão. Washington, segundo Joffé, não pretendia apenas apoiar a oposição síria, mas também impedir que Rússia e China se consolidassem como contrapesos à sua política internacional. Assim, os Estados Unidos procuraram equilibrar o discurso humanitário, justificado pela repressão brutal de Assad, com um cálculo geopolítico de contenção: enfraquecer Teerã, isolar o Hezbollah e evitar a expansão russa no Levante.

Embora o governo Obama tenha evitado uma intervenção militar direta, preferindo limitar-se ao fornecimento de equipamentos não letais e inteligência para as forças rebeldes (Joffé, 2012, p. 4), o autor argumenta que essa estratégia indireta alimentou a fragmentação da oposição e ampliou as dimensões internacionais do conflito. Rússia e China emergiram, na leitura de Joffé, como forças de resistência e resposta à política ocidental de mudança de regime. Ambas se opuseram sistematicamente às resoluções do Conselho de Segurança que buscavam sancionar ou intervir na Síria, relembrando o precedente da Líbia em 2011, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob o pretexto de proteção humanitária, havia excedido o mandato da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a queda de Muammar Kadafi. Moscou e Pequim, portanto, reagiram não apenas em defesa de Assad, mas em nome de uma ordem internacional multipolar, baseada na soberania estatal e na rejeição do que consideravam abusos do princípio de *Responsabilidade de Proteger*³.

A guerra, sob as lentes de George Joffé (2012), revela menos sobre o cenário doméstico e mais sobre a lógica anárquica do sistema internacional, em que cada potência intervinha para evitar a consolidação de um projeto rival. No entanto, ao enfatizar as manobras estatais e o jogo de compensação entre potências, Joffé deixa em segundo plano as dimensões social e popular do levante sírio, os protestos civis que deram origem à revolução e a multiplicidade de experiências locais que antecederam sua militarização. O resultado é um retrato preciso das

³ O princípio da *Responsabilidade de Proteger* (R2P) foi adotado pelas Nações Unidas em 2005 e estabelece que a comunidade internacional tem o dever de intervir, inclusive com o uso da força, quando um Estado falha em proteger sua população de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade.

dinâmicas de poder internacional, mas distante da experiência concreta da revolução e de seus protagonistas civis que, antes de qualquer intervenção, tomaram as ruas por dignidade e liberdade.

A dinâmica descrita por Joffé também ressoa na leitura de Kim Hua Tan e Alirupendi Perudin (2019), que analisam a guerra sob uma perspectiva geopolítica, centrada na estrutura do sistema internacional e nas estratégias de sobrevivência do regime de Assad. Os autores concordam com Joffé ao considerarem o conflito sírio como o exemplo mais explícito de uma guerra por procuração, em que o equilíbrio de poder tornou-se o objetivo central dos atores envolvidos. Em *The “Geopolitical” Factor in the Syrian Civil War: A Corpus-Based Thematic Analysis*, Tan e Perudin (2021) identificam que a configuração geopolítica da guerra produziu um paradoxo: o regime foi fortalecido o suficiente para não cair, mas fraco demais para vencer. O apoio russo e iraniano garantiu sua sobrevivência, enquanto a fragmentação dos rebeldes, o foco ocidental no combate ao Estado Islâmico e as divergências entre Arábia Saudita e Catar limitaram qualquer alternativa coesa de oposição. Por outro lado, a estrutura internacional, marcada pela rivalidade entre Estados Unidos e Rússia e pelo veto de Moscou e Pequim no Conselho de Segurança, bloqueou tentativas de mediação e institucionalizou a paralisação diplomática. O resultado foi a cristalização de uma guerra de atrito prolongada, na qual a geopolítica não apenas moldou o conflito, mas o transformou em método, perpetuando a destruição como forma de governo e reafirmando o lugar da Síria como epicentro do desequilíbrio global de poder.

1.2 A desintegração da ordem árabe as novas guerras

Em *The New Arab Wars: Uprisings and Anarchy in the Middle East*, Marc Lynch (2016) expande significativamente a leitura realista de Joffé ao compreender a Guerra da Síria dentro de um processo mais amplo de colapso regional. Para o autor, a Primavera Árabe representou a centelha que incendiou todo o Oriente Médio, desestabilizando regimes autoritários e expondo as fissuras políticas e sectárias da região. Lynch sustenta que as revoltas de 2011 foram a chama inicial de uma conflagração regional, um ponto de inflexão que transformou a dinâmica do poder árabe e deu origem a um ciclo transnacional de repressão e violências sobrepostas.

The Arab uprising, by weakening key states and empowering diverse non-state actors, opened the gates to a dramatically new regional politics of proxy war and competitive interventions. [...] The idealistic, courageous protestors of early 2011 were displaced by hard men with guns, extreme ideologies, and foreign patrons. (Lynch, 2016, p. 41–42)

Assim, para Lynch, a Primavera Árabe não apenas revelou a fragilidade estrutural dos Estados da região, mas também deu início a um processo de reconfiguração profunda da ordem política do Oriente Médio, processo do qual a guerra síria seria o episódio mais emblemático e devastador. A partir dessa perspectiva, a Guerra da Síria exemplifica a transição de revoltas civis para “*novas guerras árabes*”, caracterizadas por intervenções e guerras por procuração.

Nesse tópico, Lynch (2016), Joffé (2012), Tan e Perudin (2021) compartilham da mesma visão. Segundo eles, as intervenções referem-se, sobretudo, ao envolvimento direto e indireto de potências regionais, como Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Turquia e Irã, que passaram a financiar, treinar e armar grupos insurgentes alinhados aos seus interesses. Cada uma dessas potências buscava moldar os desdobramentos da Primavera Árabe em benefício próprio: a Arábia Saudita e os Emirados Árabes pretendiam conter a influência iraniana e da Irmandade Muçulmana; o Irã, por sua vez, emprenhava-se em preservar o chamado “Eixo da Resistência” (Irã, Síria e Hezbollah) contra Israel e o bloco sunita; enquanto o Catar e a Turquia tentavam projetar sua liderança sobre o campo islâmico sunita. Já as potências ocidentais, sobretudo os Estados Unidos, buscavam equilibrar sua política externa entre a manutenção de alianças estratégicas e a proteção de seus interesses econômicos e energéticos na região, frequentemente sob o discurso de combate ao *terrorismo*⁴ e de defesa da estabilidade regional.

Desse modo, o colapso dos regimes e o empoderamento de atores não estatais, milícias, facções jihadistas, grupos étnicos e organizações locais, transformaram o espaço político árabe em um terreno fértil para redes transnacionais de conflito, nas quais cada intervenção estatal era rapidamente respondida por uma contra-intervenção de seus rivais. O resultado foi um tabuleiro regional em constante retroalimentação, no qual a repressão doméstica se misturou à guerra entre potências, tornando a violência uma condição estrutural da política árabe contemporânea. Marc Lynch (2016), contudo, ressalta que essa lógica regional não anula a importância das dinâmicas internas. Para o autor, as decisões e os desafios enfrentados pelos atores locais só podem ser compreendidos à luz de um contexto mais amplo de guerras árabes interconectadas.

This is not to downplay the primacy of local politics or the responsibility of domestic political actors for their own failures. But their choices, and the challenges they faced, cannot be understood outside the context of the new Arab wars. Local politics could

⁴ O termo *terrorismo* é amplamente contestado e politicamente instrumentalizado. No contexto da Guerra da Síria, foi utilizado por potências ocidentais, especialmente pelos Estados Unidos, para justificar intervenções militares sob o argumento de combate a grupos jihadistas como o Estado Islâmico (ISIS).

not escape the long struggle between Iran and Saudi Arabia, the battles between Turkey, Qatar, and Saudi Arabia for Sunni leadership, the conflict between the United Arab Emirates and the Muslim Brotherhood, and the persistent challenge to international order by small, violent jihadist groups. (Lynch, 2016, p. 13).

É diante desse cenário que a Síria se tornou o exemplo mais completo daquilo que Lynch (2016) chama de *anarquia árabe*. O termo significa uma estrutura em que Estados enfraquecidos, milícias e potências disputam simultaneamente poder e legitimidade. Sua lente de análise aproxima-se do realismo, mas acrescenta à leitura de Joffé um diagnóstico político mais profundo, o colapso das instituições árabes e a transformação do conflito em uma condição permanente.

1.3 A participação norte-americana

Enquanto Joffé e Lynch falam em hesitação e fragmentação, Patrick Higgins (2023) vê intencionalidade e cálculo. Em *Gunning for Damascus: The US War on Syria Arab Republic*, o autor rompe com a ideia de que os Estados Unidos hesitaram em se envolver no conflito. Pelo contrário, argumenta que Washington conduziu desde o início uma guerra encoberta, arquitetada para enfraquecer o Estado sírio e consolidar a hegemonia ocidental no Oriente Médio:

Since the war on Vietnam and the US's inglorious withdrawal from that country, US personnel have been forced increasingly to pursue covert wars, many of them through proxy rather than direct invasion. (Higgins, 2023, p. 227).

Higgins (2023) descreve a Guerra da Síria como continuidade da *Guerra ao Terror*, uma forma de imperialismo pós-moderno norte-americano que substitui ocupações por procurações. Operações secretas, sanções e campanhas midiáticas formariam o tripé da intervenção, com o objetivo de manter a Síria permanentemente frágil, impedindo-a de agir como eixo de resistência contra Israel e o Ocidente. Sob essa lógica, o envolvimento estadunidense na Síria não foi uma resposta humanitária, muito menos um impulso moral, mas uma operação deliberadamente encoberta, conduzida a partir de múltiplas frentes: financiamento de grupos insurgentes, instrumentalização do sectarismo como ferramenta de desestabilização política e cooperação seletiva com aliados regionais.

No plano tático, Higgins utiliza o conceito de *guerras por procuração* para situar o caso sírio como um conflito prolongado intencionalmente para manter o status quo e impedir a vitória total de qualquer lado. Essa abordagem explicaria, segundo o autor, o comportamento dos Estados Unidos durante os anos Obama: um equilíbrio entre apoio limitado à oposição e

inércia deliberada diante da escalada da violência. O governo norte-americano, afirma Higgins, não buscava vencer a guerra, mas prolongá-la, desgastando o regime sírio e enfraquecendo seus aliados estratégicos (Irã, Rússia e Hezbollah), e aproveitando a turbulência política para consolidar seus interesses econômicos e energéticos na região (Higgins, 2023, p. 225).

Keith A. Grant e Bernd Kaussler, em *The battle of Aleppo: external patrons and the victimization of civilian in war* (2020) discordam de Higgins ao descrever a estratégia do presidente Obama como incoerente e indecisa, mas concordam que a participação dos Estados Unidos foi útil no prolongamento da guerra. Para esses autores, a administração norte americana empregou uma política que não mudou decisivamente o equilíbrio militar a favor dos supostos "rebeldes moderados" que foram apoiados e treinados pela CIA, nem criou espaços humanitários seguros que, em última análise, teriam evitado a crise de refugiados em toda a região e na Europa. Como consequência, o vácuo estadunidense abriu espaço para a participação direta da Rússia no conflito, o que fortaleceu o regime de Assad.

President Obama had drawn a red line should the Syrian regime use chemical weapons, but after Assad trespassed it, failed to respond militarily. This effectively invited the Russians to fill the vacuum in the Syrian theatre. While the US continued to back the UN Geneva process for a negotiated political solution to the conflict, the US continued with its support for 'moderate rebels' in tandem with counter-terrorism operation against ISIS. (Grant & Kaussler, 2020, p. 23)

Nessa leitura, a “linha vermelha” traçada por Obama tornou-se o símbolo de uma política externa pautada pela ambiguidade, entre o discurso moral e a contenção estratégica. O resultado foi uma guerra prolongada, na qual nenhuma potência se comprometeu integralmente com a resolução do conflito, permitindo que a destruição se tornasse um estado permanente.

1.4 Lacunas deixadas pelo realismo

As leituras de George Joffé (2012), Marc Lynch (2016), Patrick Higgins (2023) e Keith A. Grant e Bernd Kaussler (2020) convergem em um ponto fundamental: todas interpretam a guerra síria como reflexo das estruturas internacionais de poder. A Síria surge, portanto, como arena, laboratório e instrumento das estratégias e ambições de atores externos. Sob essa ótica, o conflito é descrito e explicado como uma disputa por hegemonia, equilíbrio e sobrevivência entre Estados, e raramente como uma luta popular.

Essa leitura, ancorada em pressupostos do realismo e do neorealismo, parte da premissa de que os Estados são os mais importantes agentes dotados de racionalidade e poder efetivo, enquanto indivíduos e movimentos sociais aparecem como meros efeitos colaterais da política

internacional. Assim, a revolta síria de 2011 é compreendida não como uma expressão de cidadania e de transformação social, mas como um desdobramento inevitável das rivalidades regionais e globais. Essa abordagem privilegia a estabilidade do sistema sobre as dinâmicas humanas que o questionam, reduzindo a complexidade da experiência síria a um cálculo estratégico de forças.

Contudo, ao explicar o conflito a partir de estruturas e interesses geopolíticos, o realismo esvazia da narrativa os sujeitos que a compõem. Ele é capaz de descrever como a guerra se prolonga, mas não o porquê ela começou; identifica alianças e interferências, mas silencia as vozes que reivindicaram liberdade, dignidade e justiça social. O resultado é uma análise que comprehende a Síria como objeto, e não como sujeito, da história. É nesse ponto cego que autores como Rana Khalaf (2015), Leila al-Shami e Robin Yassin-Kassab (2018) intervêm, desviando o foco do tabuleiro internacional para o cenário da vida cotidiana.

O contraste entre as leituras evidencia que a guerra síria não deve ser lida apenas como um embate de potências, mas também como o reposicionamento da dignidade e da humanidade no centro da política. O realismo explica o conflito, mas não o sofrimento por ele causado; descreve a guerra, mas não o levante. É na intersecção entre essas leituras, entre o cálculo das potências e a vida dos cidadãos, que se encontra o verdadeiro desafio de compreender a Síria contemporânea.

2. ATORES NÃO ESTATAIS E A TRANSFORMAÇÃO DA REVOLUÇÃO SÍRIA

O segundo capítulo redireciona a atenção para dentro do país, buscando compreender como a revolução foi moldada por dinâmicas sociais, identitárias e comunitárias. Se o primeiro capítulo descreve a Síria como uma arena de projeções externas, o presente destaca o papel dos atores não estatais e da própria sociedade civil na transformação do conflito, examinando como a política, a identidade e o pertencimento foram reconfigurados em meio à guerra.

A literatura abordada reflete essa mudança de perspectiva. Christopher Phillips (2015) propõe uma leitura intermediária entre o realismo e as abordagens sociais ao descrever o conflito como “semi-sectário”, resultado da manipulação política das identidades. Samer Bakkour e Gareth Stansfield (2024) ampliam essa análise ao demonstrar como o regime Assad incorporou o sectarismo em uma estratégia militar de contrainsurgência, transformando o medo e a divisão social em instrumentos deliberados de guerra. Já Salwa Ismail (2011; 2018) rompe com o determinismo identitário ao revelar a revolução síria como uma experiência de imaginação nacional e dignidade ontológica, onde o povo se insurgiu não por credo ou etnia, mas por humanidade.

Por sua vez, Robin Yassin-Kassab e Leila al-Shami (2018) reconstruem a revolução a partir das vozes de cidadãos comuns, recuperando o momento em que a sociedade síria, através de mecanismos como os Conselhos Locais e os Comitês de Coordenação, tentou reinventar a política desde a base, criando formas autônomas de autogoverno e solidariedade. Rana Khalaf (2015), por sua vez, analisa essas experiências como expressões de uma “governança sem governo”, em que comunidades civis preencheram o vazio deixado pelo colapso do Estado.

2.1 O caráter semi-sectário e a manipulação das identidades políticas do conflito

As leituras predominantes sobre a guerra civil síria, tanto no debate midiático, quanto em parte da literatura acadêmica, tendem a reduzi-la como um conflito essencialmente sectário entre sunitas e xiitas, árabes e curdos, ou islamismo e laicismo. Marc Lynch, por exemplo, reforça essa visão ao interpretar a Primavera Árabe como uma crise de legitimidade e poder que atravessou o mundo árabe (Lynch, 2016, p. 168), resultando na implosão dos regimes e na reemergência de identidades subnacionais e sectárias. Embora Lynch tenha analisado o fenômeno em uma escala regional, sua abordagem ainda ressoa leituras mais clássicas de que o colapso estatal e a fragmentação política no Oriente Médio resultaram inevitavelmente na reativação de antigas divisões confessionais. É precisamente contra esse determinismo

identitário que Salwa Ismail (2018), Christopher Phillips (2015), Samer Bakour e Gareth Stansfield (2024) se posicionam.

Christopher Phillips, em *Sectarianism and Conflict in Syria*, também questiona a atribuição da guerra às rivalidades ancestrais. Para ele, o sectarismo é apenas um entre vários eixos de mobilização, coexistindo com clivagens de classe, ideologia e localidade. Nas suas palavras, “*the conflict is ‘semi-sectarian’, given the multiple other fault lines of contention, notably class, ideology and other non-sect, sub-state ties*” (Phillips, 2015, p. 2).

Phillips (2015) recupera o debate entre primordialistas, etno-simbolistas e modernistas sobre a formação das identidades políticas e adota a perspectiva modernista de que as identidades, inclusive as sectárias, são imaginadas e manipuladas pelas elites em benefício próprio. Ou seja, o sectarismo sírio não expressa ódios milenares, mas estratégias deliberadas de poder adotadas em meio à crise de legitimidade do Estado. O autor mostra que o regime Assad explorou o medo sectário como instrumento de coesão interna, apresentando-se como defensor das minorias contra um suposto extremismo sunita.

A partir de 2012, a manipulação sectária ganhou escala regional: o Irã e o Hezbollah justificaram sua intervenção em nome da proteção dos “santuários xiitas”; Catar, Arábia Saudita e Turquia financiaram grupos islamistas e salafistas; e potências ocidentais reproduziram um discurso orientalista que reduzia a Síria a um mosaico de tribos e seitas. A guerra tornou-se, assim, um campo de experimentação da política identitária como tecnologia de poder, em que elites internas e externas transformaram lealdades religiosas em capital político e militar. Phillips (2015) oferece uma leitura de mediação entre as abordagens estruturalistas de Lynch (2016) e as geopolíticas de Joffé (2012). Ele desloca o foco da “inevitabilidade” do sectarismo para a construção social da divisão, abrindo caminho para a reflexão de Yassin-Kassab e al-Shami (2018), que reintroduzem o sujeito revolucionário como ator central do processo.

Samer Bakkour e Gareth Stansfield (2024) ampliam essa leitura ao mostrar que o sectarismo não apenas foi instrumentalizado pelo regime Assad, mas incorporado em uma estratégia militar deliberada de *contrainsurgência coercitiva*. Em *Sectarianism, Indiscriminate Violence and Displacement in the Syrian Regime’s Civil War Strategy*, os autores argumentam que a violência indiscriminada deve ser entendida como parte intrínseca à estratégia do regime.

The regime’s use of indiscriminate violence and forced displacement formed part of an integrated coercive counterinsurgency strategy, in which sectarianism was

weaponised and instrumentalised for specific political purposes (Bakkour & Stansfiel, 2024, p. 1)

Segundo Bakkour e Stansfield (2024), cercos e bloqueios, como os de Aleppo, foram empregados para produzir acordos de reconciliação que, na prática, significavam rendição incondicional. A inanição, o colapso sanitário e a destruição de infraestrutura essencial, como estações de água e hospitais, não foram danos colaterais, mas parte de um cálculo político destinado a privar os residentes locais dos meios para se sustentarem, forçar a população civil a fugir e facilitar a tomada de território pelas forças terrestres sírias (Bakkour & Stansfield, 2024, p. 206).

Em *The Syrian Uprising: Imagining and Performing the Nation*, Salwa Ismail (2011) concorda com Phillips (2015), Bakkour e Stansfield (2024) ao romper com o enquadramento sectário da revolta síria. A autora, no entanto, se diferencia ao destacar o caráter nacional, cívico e inclusivo da revolução. Para a autora, nascida em território sírio, o levante iniciado em Dar'a rapidamente se transformou em um movimento que articulava demandas políticas de liberdade, dignidade e justiça. Embora o regime tenha se empenhado em alimentar o medo da fragmentação sectária, a revolução respondeu com uma linguagem nacional e igualitária, buscando reimaginar a nação síria desvinculada da herança al-Assad.

The objectives of the uprising are focused on issues of political rights and civil liberties, and are not formulated in relation to the rights of groups defined in ethnic or religious terms. Rather, they refer to the rights of the Syrian people without distinction. The movement therefore works within the existing boundaries of the nation-state, seeking to establish a form of representative government and participatory politics (Salwa Ismail. 2011, p. 542)

Slogans da revolução como “*o povo sírio é um só*” e “*nem sunita nem alauíta, queremos liberdade*” expressam a tentativa deliberada de dissociar a ação política das identidades confessionais. Ismail ainda mostra como os Comitês Locais de Coordenação (LCCs) e a União de Coordenação da Revolução Síria (SRCU) atuaram como estruturas descentralizadas que articulavam protestos, redigiam manifestos e unificavam princípios. Esses espaços virtuais e horizontais, compostos por cidadãos comuns, foram os responsáveis por traduzir a experiência local em uma política nacional de resistência, baseada em não violência, solidariedade e pluralidade. Assim, para Ismail (2011), a revolta síria não foi apenas uma reação à opressão, mas um exercício de imaginação política e reconstrução comunitária, em que o povo encenou a unidade da nação ao libertá-la simbolicamente do domínio sectário e autoritário do regime Assad.

2.2 A revolução civil e a redescoberta da cidadania

Em *Burning Country: Syrians in Revolution and War*, Robin Yassin-Kassab e Leila al-Shami (2018) reconstruem a revolução síria a partir de suas vozes mais silenciadas: as dos cidadãos comuns. Se Phillips, Bakkour e Stansfield desenham o esforço do regime em manipular identidades, Yassin-Kassab, al-Shami, Rana Khalaf e Salwa Ismail mostram como os indivíduos romperam com o medo e reivindicaram a fala política após décadas de silêncio imposto. “*In 2011 it burst into speech – not in one voice but in millions.*” (Yassin-Kassab & al-Shami, 2018, prefácio).

As primeiras manifestações foram marcadas por uma linguagem nacional e inclusiva, rejeitando tanto o sectarismo quanto o partidarismo. O lema *Selmiyyeh, Selmiyyeh* (do árabe, “pacífica, pacífica”) expressava a convicção de que a não-violência era o caminho para reconstruir o pacto social sírio. O movimento se articulava por meio das *Coordination Committees* (LCCs), redes horizontais que uniam trabalhadores, estudantes, jornalistas e advogados, e dos Conselhos Locais, que garantiam serviços básicos nas zonas libertadas e sob controle do Exército Livre da Síria. Talvez o aspecto mais impressionante do movimento de protesto nesse período tenha sido sua capacidade de reunir pessoas de diferentes origens religiosas, sectárias e étnicas em uma causa comum (Yassin-Kassab & al-Shami, 2018, p. 37).

Nos territórios libertados, os Conselhos Locais tornaram-se experimentos de governo popular. Em cidades como Daraya e Douma, os referidos conselhos organizavam limpeza, abastecimento, escolas e até pequenas eleições, uma tentativa de autogoverno democrático em meio à devastação. Essa dimensão da revolução foi também analisada por Rana Khalaf (2015) em *Governance without Government in Syria: Civil society and state building during conflict*, onde descreve a emergência dos Conselhos como estruturas híbridas, criadas para preencher o vazio deixado pelo colapso estatal. Em seu estudo sobre as áreas fora do controle do regime, a autora mostra que esses espaços de governança civil coexistiam com tribunais religiosos, milícias e redes humanitárias, compondo “*a hybrid of what is old and what is new, of what is local and what is international, of what is civil and what is not*” (Khalaf, 2015).

Para Khalaf (2015), enquanto observadores internacionais tendiam a ver a governança durante o conflito como uma sucessão de eventos isolados, os sírios a experienciavam como um processo, um esforço contínuo de reconstrução social e política em meio à guerra. Essa diferença de perspectiva explica por que, em contextos como Aleppo, a sociedade civil tentou,

mesmo sob cerco, civilizar as condições impostas e instaurar uma governança, enfrentando simultaneamente a escassez de recursos, a fragmentação política e a ascensão de atores armados.

Essas estruturas representavam uma experiência inédita de democracia de base, forjada em meio à violência estatal. Eleições locais, jornais independentes, rádios comunitárias e conselhos de bairro se multiplicavam. Para os autores, esse foi o momento de maior vitalidade política da Síria contemporânea: uma revolução social e política. “*They were developing democracy organically, from their own cultural references and immediate lived experience.*” (Yassin-Kassab e al-Shami, 2018, p. 225) A revolução, portanto, não surgiu apenas como resposta à repressão, mas como um processo de autodescoberta coletiva. Ao contrário das análises que reduzem o conflito à fragmentação sectária, Yassin-Kassab, al-Shami (2018) e Rana Khalaf (2015) revelam o florescimento de uma consciência cívica que atravessava fronteiras religiosas e de classe.

Contudo, o que começou como um movimento civil foi rapidamente absorvido pela lógica militar. A brutalidade do regime, as prisões em massa, os bombardeios e o abandono internacional empurraram a revolução civil para a guerra. A ausência de apoio material e político permitiu que grupos armados passassem a dominar essas áreas, subordinando os civis às dinâmicas da guerra e aos fluxos de financiamento externo. A militarização desarticulou a rede horizontal dos comitês, transformando o projeto de emancipação em luta pela sobrevivência. Phillips interpreta essa transição como substituição das identidades nacionais por lealdades subnacionais, fenômeno típico do colapso estatal (2015, p. 361). Já Yassin-Kassab e al-Shami (2018) a compreendem como o esvaziamento político da revolução, o ponto em que a esperança coletiva cede lugar à pragmática militar e à fadiga social. Como escrevem os autores:

The revolution's political energy had been exhausted by siege and bombardment. The militarisation, and the foreign funding that came with it, brought a new hierarchy and new forms of dependency. The councils that once embodied local democracy were gradually sidelined by armed factions and warlords. (Yassin-Kassab & al-Shami, 2018, p. 174)

Essa passagem ilustra o momento em que o impulso popular e autônomo da revolução foi substituído por uma lógica hierárquica e coercitiva, na qual a luta pela liberdade se transformou em luta pela sobrevivência, um processo que, mais do que derrotar militarmente a revolta, a desfigurou politicamente.

2.3 Atores transnacionais, jihadismo e a desconstrução do projeto popular

Com o enfraquecimento das estruturas civis e o colapso do Estado, atores não estatais transnacionais passaram a ocupar o vácuo de poder. A ascensão do Estado Islâmico (ISIS) e de grupos como Jabhat al-Nusra representou a inversão total das reivindicações por liberdade em 2011. Essas organizações instrumentalizaram a religião como forma de controle social, instaurando regimes autoritários e violentos, que destruíram tanto a infraestrutura física quanto o tecido simbólico das zonas libertadas. Paradoxalmente, o regime manteve com o ISIS uma relação de cumplicidade tática, evitando confrontos diretos e até comprando petróleo da organização, enquanto utilizava sua presença como justificativa para bombardear populações civis e consolidar o discurso de “guerra contra o terrorismo”.

Essa transição, do autogoverno civil à fragmentação jihadista, também é analisada por Rana Khalaf (2015), que observa como o vácuo de autoridade estatal abriu espaço para múltiplos experimentos de governança híbrida nas regiões fora do controle do regime. Khalaf destaca que, embora grupos jihadistas tenham inicialmente conquistado legitimidade ao restaurar alguma ordem em meio ao caos, seu domínio logo se converteu em um regime de autoritarismo e violência, que perseguiu a sociedade civil e findou qualquer perspectiva de uma política autônoma.

Phillips (2015) observa que a difusão de agendas sectárias pelas potências regionais reforçou esse processo: cada Estado projetava suas rivalidades internas sobre o território sírio, e o sectorismo tornou-se uma linguagem política transnacional. A partir daí, a Síria se converteu em um teatro onde atores não estatais experimentavam novas formas de governança, violência e legitimidade. Grupos jihadistas, conselhos civis, milícias curdas e redes de ajuda humanitária disputavam simultaneamente poder e reconhecimento, criando um mosaico de soberanias fragmentadas. Nessa interpretação, Phillips (2015) dialoga e, ao mesmo tempo, amplia a leitura realista de George Joffé (2012) e Marc Lynch (2016), que caracterizam a guerra síria como um jogo de compensação de poder. A diferença é que, enquanto Joffé e Lynch concentram-se nas manobras das potências estatais, para as quais cada avanço de um lado exigia uma resposta do outro, Phillips desloca o foco para a reprodução dessa lógica no plano interno, onde múltiplos atores não estatais passaram a agir como miniaturas das potências regionais, reproduzindo seus alinhamentos e antagonismos.

Nessa lógica, entende-se que a guerra síria também se travou no campo discursivo. A partir de 2014 e da entrada direta dos Estados Unidos no conflito, a narrativa internacional passou a enquadrar o conflito exclusivamente como parte da “*War on Terror*”, apagando o caráter popular da revolução. A retórica ocidental sobre “estabilidade” e “combate ao extremismo” dissolveu a agência dos sírios e normalizou a permanência de Assad no poder. É contra esse apagamento que Yassin-Kassab e al-Shami se posicionam em *Burning Country*, buscando reconstruir a memória soterrada e o sentido original da revolta. Para eles, o verdadeiro legado da revolução está em sua persistência política, mesmo derrotada materialmente. “*The armed rebellion may be almost defeated, but the revolution goes on*” (Yassin-Kassab & al-Shami, 2018, p 248). A revolução sobrevive então, não como evento militar, mas como consciência política, como lembrança de que, por um instante, milhões de pessoas atravessaram o medo e experimentaram a liberdade.

2.4 A revolução interrompida: da esperança civil à guerra permanente

A leitura combinada de Phillips (2015), Bakkour (2024), Yassin-Kassab & al-Shami (2018) e Rana Khalaf (2015) mostra que os atores não estatais foram, ao mesmo tempo, sintoma e motor da transformação síria. Uns, como os conselhos locais e as LCCs, buscaram reinventar a estrutura política desde sua base, reconstruindo a noção de comunidade e solidariedade. Outros, como as milícias sectárias e os jihadistas, exploraram o caos para consolidar novas formas de dominação. A trajetória da revolução síria é, portanto, a história de uma autonomia interrompida, de uma esperança civil que se perdeu entre as engrenagens da geopolítica e do sectarismo fabricado. Entre 2011 e 2016, a Síria passou de um experimento democrático espontâneo a um campo de guerra globalizado, onde a cidadania foi substituída pela sobrevivência.

Contudo, o eco de 2011 permanece. Nos relatos de Yassin-Kassab e al-Shami, cada conselho local, cada rádio clandestina e cada grafite que dizia “*al-Shaab yureed isqat al-nizam*” (do árabe, “o povo quer a queda do regime”) continua a testemunhar que a revolução foi, antes de tudo, um ato de dignidade. Essa dignidade, contudo, teria um preço altíssimo: Aleppo. A cidade foi epicentro da resistência e da destruição, simboliza a fusão entre o sonho e a ruína, entre o florescimento da política e o colapso da vida cotidiana. É ali, entre os escombros e as memórias, que se materializa o custo humano da guerra.

3. ALEPO EM COLAPSO: O CUSTO HUMANO DA GEOPOLÍTICA E DO SECTARISMO INSTRUMENTALIZADO

O terceiro e último capítulo busca fazer memória aos mais de 528.500 mortos do conflito, segundo dados do Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH); e aos 13,8 milhões de deslocados, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que tiveram a vida atravessada em consequência de interesses estatais disfarçados sob a retórica da estabilidade e da segurança globais. Uma vez desenvolvidas as camadas geopolíticas e domésticas da Guerra na Síria, as próximas seções se destinam a elaborar sobre o lugar em que elas se encontram e se materializam: o sofrimento humano. Para isso, serão detalhados os cinco anos (2012-2016) que marcaram o cerco da cidade de Aleppo, à luz de autores que se debruçam sobre a violência e a desumanização que acometeu os sírios durante essa que ficou conhecida como a Batalha de Aleppo.

3.1 Aleppo como espelho da guerra: da geopolítica à fragmentação civil

Designada Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1986, Aleppo é a principal cidade do norte da Síria, com 2,5 milhões de habitantes antes da guerra. Está situada na parte noroeste do país, cerca de 50 km ao sul da fronteira com a Turquia. A composição religiosa e étnica de Aleppo é semelhante à da Síria como um todo: a maioria dos moradores é muçulmana sunita, mas também há um número significativo de alauitas, cristãos e uma comunidade armênia substancial, estabelecida após a Primeira Guerra Mundial. A área também possui populações significativas de curdos e turcomanos.

Dada sua localização estratégica, Aleppo se configurou como um campo de batalha no qual todas as forças, tanto domésticas quanto internacionais, vieram exercer suas agendas e medir forças entre si (Charles River Editors, 2018). Esse nível de guerrilha e caos foi a justificativa usada pelo governo sírio para intensificar ataques e bloqueios na região. Em muitos casos, combatentes migravam para outros grupos rebeldes que estavam melhor financiados naquele momento, reforçando as fragmentações internas entre eles. O livro *The Battle of Aleppo: The History of the Ongoing Siege at the Center of the Syrian Civil War*, publicado por Charles River Editors (2018), argumenta que os grupos rebeldes não competiam apenas por recursos, mas também por apoio externo de patrocinadores internacionais e pela reivindicação de que seu grupo seria o verdadeiro representante da revolução contra o regime Assad.

Christopher Phillips (2015) complementa a análise ao afirmar que a linha de divisão entre a população e os insurgentes não foi sectária, mas sim econômica. Segundo o autor, o oeste mais rico permaneceu leal ao governo Assad, enquanto os rebeldes estabeleceram sua base no leste mais pobre. No leste de Aleppo, tratou-se de uma batalha pela sobrevivência contra as bombas de barril do regime. Nas regiões curdas, foi um período de governo autônomo. A carnificina em Aleppo, ainda mais acessível a jornalistas via Turquia do que Damasco, contribuiu para despertar dúvidas sobre a natureza da insurgência.

Nesse contexto, Aleppo tornou-se o epicentro dessa sombria realidade. A segunda maior cidade da Síria havia, em grande parte, evitado a guerra em seu primeiro ano, já que sua comunidade empresarial sunita se recusou a aderir ao levante. A partir de julho de 2012, porém, grupos armados começaram a fazer incursões na cidade. Logo, Aleppo foi dividida entre forças rebeldes e forças do regime. Cada lado bombardeava rotineiramente o outro, enquanto travava batalhas rua por rua em busca de vantagem. No lado rebelde, a intensa rivalidade entre grupos passou a consumir a atenção dos combatentes à medida que as linhas de frente se estabilizavam (Lynch, 2016). A batalha durou cinco anos, até a recaptura final da cidade em dezembro de 2016 pelos militares sírios, com apoio decisivo de potências estrangeiras, período em que o maior centro urbano sírio foi sitiado, bombardeado, atacado com gás e destruído de diversas formas.

3.2 A Batalha de Aleppo: destruição como método

A batalha de cinco anos de Aleppo resultou em 24.462 mortes civis documentadas, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Keith A. Grant e Bernd Kaussler (2020), em *The battle of Aleppo: external patrons and the victimization of civilians in civil war*, ao analisar quantitativamente os dados do conflito, constatam que eventos iniciados pelas forças da posição durante períodos de ganhos ofensivos rebeldes estão associados a menos vítimas civis, enquanto a intervenção externa pró-governo durante essas ofensivas rebeldes está associada a um aumento das mortes de civis. Segundo os autores:

Fighting between the Syrian military backed by Iranian militias, Hezbollah, and the Russian military against multiple opposing factions including the Free Syrian Army (FSA), the Islamic State (ISIS), the Levant Front (al-Jabha al-Shamiya), al-Nusra, and Kurdish People's Protection Units (YPG) would transform a United Nations World Heritage site into a ‘slaughterhouse’ in which ‘[war] crimes of historic proportions’ were employed by regime and opposition forces and their external patrons in their efforts to capture and control the city (Grand & Kaussler, 2020, p. 2).

A batalha pelo controle de Aleppo constituiu um dos teatros de guerra mais significativos e destrutivos da guerra civil. Keith A. Grant e Bernd Kaussler (2020) identificam quatro fases principais: A tomada de Aleppo pelos rebeldes em 2012; a *Operação Tempestade do Norte*, ofensiva do regime entre os anos de 2013 e 2014; o período de guerra estática (2015–2016); e a reconquista completa da cidade pelo regime no fim de 2016.

No início de 2012, o Exército Sírio Livre tomou o controle das áreas rurais a noroeste de Aleppo e iniciou uma ofensiva para capturar a cidade. Desde o início, o controle urbano envolveu assassinatos de civis, e as áreas sob domínio rebelde foram alvos de bombardeios aéreos. Os franco-atiradores do regime alvejaram civis em zonas limítrofes entre territórios controlados pelo governo e pelos rebeldes. O exército sírio também atingiu mesquitas e hospitais, e foi nesse contexto que grupos islâmicos começaram a se unir à oposição armada. Os primeiros bombardeios aéreos pela Força Aérea Síria ocorreram em julho de 2012, levando cerca de 200 mil pessoas a fugir da cidade.

Ataques contra infraestrutura civil, padarias, hospitais e bairros residenciais foram deliberados, sem qualquer objetivo militar imediato. Em 2013, a ofensiva do regime intensificou os ataques: apenas entre 22 de novembro e 18 de dezembro, o Centro de Documentação de Violações (VDC) registrou 433 mortes em bombardeios, das quais apenas oito eram combatentes. Em 2015, o apoio externo aos rebeldes aumentou: os Estados do Golfo coordenaram o envio de armas ao Exército Livre da Síria e ao Jaysh al-Fatah⁵, em resposta ao reforço militar russo ao regime. Em contrapartida, o governo Obama reduziu o apoio aos “rebeldes moderados”, cortando pela metade os pagamentos a grupos insurgentes, especialmente os que operavam em Aleppo.

Em 2016, o regime, apoiado por Hezbollah, Irã e Rússia, recuperou a vantagem estratégica e o controle da cidade. Durante essa fase final, ataques aéreos russos e sírios se intensificaram, incluindo bombardeios com cloro e fósforo. Hospitais em Aleppo Oriental foram destruídos, e relatos de ataques químicos se multiplicaram. O cerco impediu o acesso a alimentos, água e cuidados médicos, deixando cerca de 250 mil civis isolados. Apesar do apoio terrestre iraniano e do Hezbollah, foi o poder aéreo russo que teve o maior impacto na destruição

⁵ Aliança militar de facções rebeldes sírias formada em março de 2015, composta por grupos islâmicos e jihadistas como a Frente al-Nusra e Ahrar al-Sham, com apoio logístico de países como Turquia, Catar e Arábia Saudita.

e no reequilíbrio militar do conflito, garantindo ao regime a vitória final em Aleppo e marcando um ponto de virada decisivo na Guerra Civil Síria.

3.3 Materialização da tragédia: entre ruínas e corpos

Em *The Destruction of Aleppo: The impact of the Syrian War on a World Heritage City*, Francesco Bandarin (2022) faz uso de dados que demonstram que um terço dos edifícios escolares de Aleppo tenha sido danificado ou utilizado para outros fins durante o conflito, como abrigos para pessoas deslocadas. Bandarin ainda ressalta que bombardeios frequentes e as baixas entre professores e crianças forçaram o fechamento de muitas escolas ou a drástica redução de suas atividades. Em determinado momento, segundo o autor, apenas 6% das crianças frequentavam as aulas, situação que levou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) a declarar as crianças sírias uma “geração perdida”.

O relatório *Degradação Social na Síria: o impacto do conflito sobre o capital social*, publicado em 2017 pelo Centro Sírio para Pesquisa Política (SCPR) denuncia que o banco de sangue da cidade foi bombardeado em 2012, deixando Aleppo sem suprimentos sanguíneos. No final de 2014, ainda segundo o SCPR, todos os grandes hospitais haviam sofrido danos e foram obrigados a reduzir seus serviços, restando apenas quarenta médicos para atender mais de um milhão de pessoas, em contraste com os cerca de dois mil médicos existentes antes da guerra. De fato, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a Síria como o lugar mais perigoso do mundo para profissionais de saúde.

Como consequência, a expectativa de vida no país despencou cerca de vinte anos, atingindo uma média de cinquenta e cinco anos. De acordo com um relatório conjunto do UNITAR e da UNESCO (2018), até o final de 2016 mais de 33.500 estruturas em Aleppo haviam sido danificadas, com níveis de destruição que chegavam a 65% na região central de al-Aqabeh e a 50% nas áreas periféricas.

Em *Killing the dispensables: massacres perpetrated in the villages of Eastern Aleppo Province in 2013*, Josepha Wessels (2021) descreve em profundidade os assassinatos em massa em Rasm al-Nafl, vila da província de Aleppo Oriental, onde 208 civis, principalmente mulheres, crianças e idosos, foram brutalmente mortos, queimados e executados pelo exército sírio e milícias xiitas associadas na primavera de 2013.

Inicialmente, os protestos derivados da Primavera Árabe chegaram à província de Aleppo no fim de 2011, após anos de cooptação da elite empresarial pelo regime de Assad, com manifestações na cidade rural de 'Azaz e na Universidade de Aleppo. Depois de várias disputas, formaram-se novas brigadas armadas, consolidando a Frente Síria Livre (FSA) no norte. Até o fim de 2012, muitos jovens das áreas rurais haviam se unido aos batalhões da FSA para proteger a população, alguns com suas próprias armas.

Simultaneamente, Assad libertou jihadistas sunitas da prisão de Saydnaya, uma política deliberada para radicalizar as revoltas sírias e criar uma justificativa conveniente para o uso de força excessiva contra manifestantes, mesmo os desarmados. A Rede Síria de Direitos Humanos (SNHR) relatou que, em 22 de fevereiro de 2013, 26 jovens foram mortos na vila de al-Malkiyah, seguidos por massacres em Úm 'Amūd e al-Mazra'a, onde ao menos 95 pessoas foram assassinadas, e em Rasm al-Nafl, em 21 de junho de 2013. De acordo com o Centro de Documentação de Violações (VDC), 748 mortes foram registradas apenas em junho de 2013, das quais 267 resultaram de execuções sumárias, concentradas principalmente em Rasm al-Nafl. A região era marcada por pobreza, degradação ambiental e escassez hídrica.

Segundo testemunhas e vídeos publicados na internet por sobreviventes, o exército entrou em Rasm al-Nafl e assassinou mulheres e crianças. Wessels (2021) argumenta que os massacres, que combinaram oportunismo, retaliação governamental e preocupação militar estratégica, levaram, em última instância, à erradicação da vida e ao genocídio cultural nessa região. Para a autora, essa violência não pode ser entendida apenas como produto da guerra, mas como expressão de um padrão histórico de dominação que se consolidou no próprio imaginário político do regime. A destruição dos vilarejos, a aniquilação dos corpos e o silenciamento das vozes camponesas revelam a continuidade de uma lógica autoritária que transforma a eliminação física em instrumento de governo. Nesse sentido, o massacre de Rasm al-Nafl não foi apenas um episódio isolado, mas parte de uma engrenagem mais ampla de terror estatal, enraizada desde os anos 1970, quando a violência passou a regular a vida cotidiana dos sírios como forma de controle político e social. Nas palavras da autora:

Naturally for an authoritarian regime, the voices in these films were considered a threat to state security, should they be distributed to Syrian audiences. The Assad regime inevitably considered a critical farmer as unpatriotic—even ungrateful. The darker and more sinister element was the regime's schizophrenic coexistence with an industrial killing machine, operationalized through mechanisms of silencing, incarceration, disappearance, and indeed massacres, which had ruled the daily consciousness of Syrian peasants since the rise of power of Hafez al-Assad in the 1970s (Wessels, 2021, p. 21).

Ao expor a *máquina industrial de extermínio*, Wessels denuncia que a violência do regime Assad não se restringe a momentos de conflito armado, mas constitui um modo de governar. O massacre de Rasm al-Nafl, assim como tantos outros, expressa a fusão entre o terror político e a administração da vida, em que a morte é empregada como linguagem de poder e instrumento de disciplinamento coletivo. O corpo do camponês, outrora símbolo da resistência e do trabalho, torna-se alvo do Estado, reduzido à sua vulnerabilidade. Essa política de morte e silenciamento não busca apenas eliminar opositores, mas apagar as narrativas que ameaçam o monopólio do regime sobre a história. Desse modo, o horror deixa de ser um efeito da guerra para se tornar uma técnica de governo, uma pedagogia da obediência fundada no medo e na destruição.

3.4 O corpo e a dignidade como campo de guerra

A pesquisadora Salwa Ismail (2018), em *Revisiting Governmental Violence in Syria: Horror and the Ontology of Human Dignity*, considera esse tipo de violência parte integral do próprio modelo de governança sírio, em que o uso da força deixa de ser apenas repressivo e passa a ser, também, produtivo e performático, moldando as relações entre regime e cidadãos. Assim, a subalternidade serve a dois propósitos: motivar a resistência popular contra a opressão autoritária e, ao mesmo tempo, legitimar a violência governamental, que é precedida pela construção do *inimigo subalterno* através de processos de diferenciação e desumanização.

Para a pesquisadora, as práticas cometidas pelo governo sírio têm como alvo a singularidade e a unicidade do ser humano. Ismail (2018) amplia a compreensão da violência de horror para além de uma concepção centrada no corpo, integrando formas de violência que atacam o sentido de identidade do indivíduo. Assim, a violência que desfaz o corpo constitui um ataque direto à dignidade ontológica do ser, em sua condição singular. Ismail utiliza do pensamento de Adriana Cavarero sobre como a morte em si não ofende a dignidade do corpo, pois sua unidade figurativa é preservada até o sepultamento. O que fere a dignidade, e provoca o horror, é “*o espetáculo da desfiguração, o qual o corpo singular não pode suportar*” (Cavarero, 2011).

A ontologia social da vida e do corpo, conforme Judith Butler, parte da ideia de que a ontologia não é algo anterior à realidade, mas o produto de processos e relações sociais que

constituem os seres e as entidades (Butler, 2016). Essa visão ressalta que a vida não é exclusivamente individual, mas depende dos outros. Em Aleppo, essa interdependência foi profundamente corroída pelo colapso das estruturas sociais e pela destruição sistemática dos espaços coletivos: famílias inteiras foram separadas por bombardeios, vizinhanças inteiras desapareceram, e o ato de enterrar um morto, rito de respeito, memória e dignidade humana, tornou-se impossível sob o fogo constante.

Em 2016, a ONU estimava que mais de 300 mil civis estavam presos na cidade sitiada. Em relatório publicado pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria, da ONU, táticas de cerco brutais, como impedir o acesso à comida e suprimentos básicos, foram usados pelo exército de Assad para forçar a rendição dos rebeldes. Hospitais subterrâneos improvisados tornaram-se os únicos espaços de sociabilidade, onde médicos e moradores compartilhavam os últimos recursos. Ao eliminar os lugares onde a vida se sustentava e se encontrava, o regime e seus aliados minavam as formas mais primordiais de coexistência humana. Nesse sentido, a guerra em Aleppo foi mais do que uma sucessão de disputas, foi o extermínio de condições sociais que tornam a vida reconhecível e, portanto, digna.

Ainda, Salwa Ismail (2018) refere-se a Debrix e Barder (2012), que conceituam *soberania agonial* como uma forma de confronto em que corpos e estruturas se enfrentam de modo violento e brutal, sem qualquer horizonte de reconstrução política. Essa descrição reflete a experiência síria, em que bombardeios contínuos transformaram o cotidiano civil em um campo de confronto absoluto entre máquinas e corpos. O poder estatal, nesse contexto, passou a se afirmar não mais pela capacidade de governar, mas pela capacidade de destruir.

Essas formas de violência vão além da lógica biopolítica, representando a destruição como método. À luz de Achille Mbembe (2020), Ismail observa que a política síria manifesta uma forma de necropolítica, em que o poder se afirma pela administração da morte e pela sujeição da vida. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o maior número de mortos da Guerra ocorreu na província de Aleppo, com 51.731 vítimas reportadas.

Nesse contexto, a revolta síria se configurou como uma encenação da humanidade, tornada possível pela visibilização da vulnerabilidade coletiva. Essa visibilidade levou cidadãos comuns a agir. Colocou os indivíduos como testemunhas do sofrimento alheio, atribuindo-lhes

a responsabilidade de aliviar a dor do outro. Como explica Lama, uma das entrevistadas por Ismail, refugiada do Líbano:

“Participar da revolta era uma exigência de ser humano. Se não nos levantássemos, não poderíamos nos considerar seres humanos.” (Entrevista em Shtura, 2015, citada em Ismail, 2018, p. 202, tradução nossa)

A humanidade do ser humano se realiza na resposta ao sofrimento e à vulnerabilidade dos outros. Nesse sentido, a revolta síria representou uma insurreição em defesa da própria humanidade, uma humanidade que estava condicionada à derrubada de Bashar al Assad do comando do país. Em *The Syrian Uprising: Imagining and Performing the Nation*, Salwa Ismail (2011) caracteriza o levante sírio como uma disputa simbólica pela posse da nação, uma tentativa de reivindicar a Síria das mãos do regime Assad e reconstruir um sentido de pertencimento nacional desvinculado do autoritarismo e da violência.

Em Aleppo, símbolo da esperança e da ruína, essa humanidade foi testada até o limite. A cidade, reduzida a escombros e memória, tornou-se o espelho da necropolítica síria: a vida cotidiana submetida à morte programada, e a dignidade transformada em resistência silenciosa. O cerco de Aleppo não apenas destruiu uma cidade, mas desfigurou o próprio conceito de comunidade política, convertendo o sofrimento em uma forma de governo. O custo humano da geopolítica e do sectarismo instrumentalizado revela, assim, o verdadeiro sentido da guerra: a negação do outro enquanto sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra civil síria espelhou as fissuras e incongruências de uma ordem internacional em colapso, na qual os Estados demonstraram incapacidade de conciliar discursos humanitários com seus próprios interesses estratégicos. O presente trabalho buscou denunciar a destruição em massa do país e violência que acometeu o seu povo como um produto da sobreposição entre a ganância intrínseca ao sistema internacional e o autoritarismo.

As leituras de George Joffé (2012), Marc Lynch (2016), Patrick Higgins (2015) e Kim Hua Tan (2019) evidenciam como o conflito foi progressivamente capturado por uma lógica internacional de poder que transformou o país em um tabuleiro de forças externas. A guerra, nesse sentido, não apenas reposicionou as forças do Oriente Médio, mas também reforçou a desumanidade de um sistema internacional falho, que privilegia o cálculo geopolítico sobre a proteção e o respeito à vida.

Por outro lado, através das análises de Salwa Ismail (2011; 2018), Robin Yassin-Kassab e Leila al-Shami (2018) e Rana Khalaf (2015), atenta-se o olhar para a revolução que foi, sobretudo, uma tentativa de reimaginar a cidadania em um contexto de medo, dor e silenciamento. O levante iniciado em Dar'a em 2011, movido por jovens, professores, trabalhadores e camponeses, não foi apenas uma reação à tirania, mas uma reafirmação de dignidade. Foi a demonstração de que, mesmo sob as condições mais adversas, os sírios buscaram reconstruir o sentido político da vida em comum, seja nos Conselhos Locais, nas manifestações pacíficas, ou nos gestos cotidianos de solidariedade sob o cerco.

O caso de Aleppo materializa o ponto de convergência entre essas dimensões. A cidade tornou-se o terreno em que a intervenção estrangeira, a manipulação sectária e a violência estatal se colidiram. Mas também foi palco de defesa da dignidade, da justiça e da liberdade. A Batalha de Aleppo, mais do que uma disputa militar, simboliza o colapso da condição humana diante da necropolítica, a transformação da morte em método de governo, como apontam Achille Mbembe (2020) e Salwa Ismail (2011; 2018). Nas ruínas da cidade, a política deixou de organizar o presente e planejar o futuro, passando apenas a administrar o fim.

Contudo, o conflito sírio ainda está sendo escrito. Entre novembro e dezembro de 2024, rebeldes lançaram uma ofensiva em larga escala contra as forças de Bashar al-Assad, tomando o controle de Aleppo e avançando rapidamente sobre Hama, Daraa, Homs e, por fim, a capital Damasco, declarada “livre” em 8 de dezembro, após mais de uma década de domínio do regime.

Imagens de combatentes arrancando cartazes de Assad e ateando fogo neles voltaram a circular pelo mundo.

Esses episódios, ainda em curso, não significam o fim da guerra, mas reafirmam o protagonismo do povo sírio à frente de sua própria história. A revolução, mesmo interrompida e silenciada, sobrevive no desejo de autonomia, na memória coletiva e na resistência cotidiana daqueles que se recusam a aceitar o sofrimento como destino. Em suma, mais do que um estudo sobre a guerra, este trabalho é uma reflexão sobre a persistência da vida e da política em meio à catástrofe. A Síria lembra ao mundo que a luta por dignidade é contínua, e que, apesar da geopolítica, da violência e da dor, há algo na experiência humana que insiste em se refazer: a esperança.

REFERÊNCIAS

- ABBOUD, Samer N. **Syria: Hot spots in global politics**. John Wiley & Sons, 2018.
- BANDARIN, Francesco et al. 10 The Destruction of Aleppo: The Impact of the Syrian War on a World Heritage City. In: **Cultural heritage and mass atrocities**. Getty Publications, 2022. p. 252-273.
- BUTLER, Judith. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- CAVARERO, Adriana. **Horrorism: Naming contemporary violence**. Columbia University Press, 2009.
- CHARLES RIVER EDITORS. **The Battle of Aleppo: The History of the Ongoing Siege at the Center of the Syrian Civil War**. Boston: Charles River Editors, 2018.
- DONOVAN HIGGINS, Patrick. Gunning for Damascus: The US war on the Syrian Arab republic. **Middle East Critique**, v. 32, n. 2, p. 217-241, 2023.
- GRANT, Keith A.; KAUSSLER, Bernd. The battle of Aleppo: external patrons and the victimization of civilians in civil war. **Small Wars & Insurgencies**, v. 31, n. 1, p. 1-33, 2020.
- ISMAIL, Salwa. The Syrian Uprising: Imagining and Performing the Nation. **Studies In Ethnicity & Nationalism**, v. 11, n. 3, 2011.
- ISMAIL, Salwa. **The rule of violence: Subjectivity, memory and government in Syria**. Cambridge University Press, 2018.
- JOFFÉ, George. **Syria: The Proxy War**. The Journal of North African Studies, v. 17, n. 4, p. 543–546, 2012.
- KHALAF, Rana. Governance without Government in Syria: Civil society and state building during conflict. **Syria Studies**, v. 7, n. 3, p. 37-72, 2015.
- LYNCH, Marc. **The new Arab wars: Uprisings and anarchy in the Middle East**. Public Affairs, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Duke University Press, 2020.
- MÉDECINS Sans Frontières (MSF). **Syria, Aleppo: “We are under attack almost every day; life has become almost impossible.”** [online]. Disponível em: <https://www.msf.org/syria-aleppo>. Acesso em: 10 out. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU contabiliza ao menos 350 mil mortos em 10 anos de conflito sírio**. Brasília: Nações Unidas no Brasil, 24 set. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/146256-onu-contabiliza-ao-menos-350-mil-mortos-em-10-anos-de-conflito>. Acesso em: 10 out. 2025.
- PHILLIPS, Christopher. **The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East**. New Haven: Yale University Press, 2015.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.
- SYRIAN CIVIL DEFENSE (White Helmets). **Annual Report 2017**. Idlib, 2017. Disponível em: <https://www.syriacivildefence.org>. Acesso em: 10 out. 2025.
- SYRIAN OBSERVATORY FOR HUMAN RIGHTS (SOHR). **Annual Report 2022**. Londres: SOHR, 2022. Disponível em: <https://www.syriahr.com/en/>. Acesso em: 10 out. 2025.

TAN, Kim Hua; PERUDIN, Alirupendi. **The “Geopolitical” Factor in the Syrian Civil War: A Corpus-Based Thematic Analysis.** International Journal of West Asian Studies, v. 11, n. 1, p. 25–48, 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2022: Uncertain Times, Unsettled Lives.** Nova York: UNDP, 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Report on the State of Conservation of the Ancient City of Aleppo.** Paris: UNESCO, 2016.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Global Trends: Forced Displacement in 2021.** Genebra: UNHCR, 2021.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). **City Profile of Aleppo.** Nairobi: UN-Habitat, 2017.

UNITED NATIONS INSTITUTE FOR TRAINING AND RESEARCH (UNITAR); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Report on the State of Conservation of the Ancient City of Aleppo.** Paris: UNESCO, 2018.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). **Syria Humanitarian Situation Report – 30 June 2024.** New York: UNICEF, 2024.

UNITED NATIONS. **Syria: UN relief wing sounds alarm on behalf of some 4 million people in Aleppo Governorate and hindered humanitarian aid operations.** [online]. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/>. Acesso em: 10 out. 2025.

WESSELS, Josepha. **Killing the Dispensables: Massacres Perpetrated in the Villages of Eastern Aleppo Province in 2013.** CHMA Journal, v. 18, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO launches emergency cholera response as cases resurge in Syria.** Cairo: WHO Regional Office for the Eastern Mediterranean, 2024. Disponível em: <https://www.emro.who.int/ar/syria/news/who-launches-emergency-cholera-response-as-cases-resurge-in-syria.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

YASSIN-KASSAB, Robin; AL-SHAMÍ, Leila. **Burning Country: Syrians in Revolution and War.** London: Pluto Press, 2018.